

Laggo Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 265KU-001-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos acionistas e administração da
Laggo Armazéns Gerais S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Laggo Armazéns Gerais S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Laggo Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incorreu em prejuízo no montante de R\$ 6.444 mil, passivo circulante em excesso ao ativo circulante no montante de R\$ 8.763 mil e patrimônio líquido negativo de R\$ 6.183 mil (além de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais no montante de R\$ 2.721 mil). Esses fatores, em conjunto com os eventos apresentados na Nota Explicativa nº 1 (b), indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Conforme descrito na referida nota explicativa, a continuidade operacional da Companhia depende da implementação bem-sucedida das ações e premissas estabelecidas pela administração para o reequilíbrio de sua posição econômico-financeira, geração de rentabilidade e a necessária geração de caixa operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta à tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de maio de 2026

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Thiago Bragatto
Contador CRC 1SP-234.100/O-4

Laggo Armazéns Gerais S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	31.783	188.628
Adiantamentos	4	400.788	347.645
Estoques	-	8.286	13.115
Impostos a recuperar	5	191.188	723.118
Contas a receber	6	79.153	448.302
Total do ativo circulante		711.197	1.720.809
Ativo não circulante			
Ativo fiscal diferido	7	14.700.666	11.873.428
Imobilizado	8	2.899.642	3.646.327
Direito de uso	9.a	10.241.170	11.407.671
Total do ativo não circulante		27.841.477	26.927.427
Total do ativo		28.552.675	28.648.235

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laggo Armazéns Gerais S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	10	779.291	940.287
Obrigações sociais e trabalhistas	11	352.866	440.137
Contas a pagar	-	58.075	125.651
Obrigações tributárias	-	19.447	76.627
Arrendamentos	9.b	1.946.384	2.151.593
Empréstimos e financiamentos	12.a	6.318.142	2.155.416
Total do passivo circulante		9.474.205	5.889.711
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12.a	7.277.833	11.088.760
Arrendamentos	9.b	7.136.585	8.660.113
Provisão para riscos	13	1.161.807	1.374.685
Mútuos a pagar	12.b	8.987.616	6.929.812
Debêntures a pagar	12.c	697.500	586.000
Total do passivo não circulante		25.261.341	28.639.369
Patrimônio líquido			
	14		
Capital social	14.a	28.000.007	23.000.007
Capital a integralizar	14.a	(4.858.333)	(6.000.000)
Prejuízos acumulados	-	(29.324.545)	(22.880.852)
Total do patrimônio líquido		(6.182.872)	(5.880.845)
Total do passivo e patrimônio líquido		28.552.675	28.648.235

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laggo Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	15	6.051.121	3.812.437
Custo dos serviços prestados	16	(2.351.439)	(2.810.432)
Lucro bruto		3.699.682	1.002.004
(Despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(9.013.239)	(8.113.264)
Prejuízo antes do resultado financeiro e impostos		(5.313.557)	(7.111.259)
Despesas financeiras	17	(3.958.843)	(2.200.456)
Receitas financeiras	17	1.469	10.080
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(9.270.932)	(9.301.635)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	2.827.237	3.335.738
Prejuízo do exercício		(6.443.695)	(5.965.897)
Prejuízo por ação	14.d	(0,27)	(0,25)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laggo Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(6.443.695)	(5.965.897)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(6.443.695)	(5.965.897)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laggo Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	Notas	Capital social subscrito	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		17.000.000	(1.307.142)	(16.914.956)	(1.222.098)
Subscrição de capital de social	12.a	6.000.000	(6.000.000)	-	-
Integralização de capital social	12.a	7	1.307.142	-	1.307.149
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.965.897)	(5.965.897)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		23.000.007	(6.000.000)	(22.880.852)	(5.880.845)
Subscrição de capital de social	14.e	5.000.000	(5.000.000)	-	-
Integralização de capital social	14.e	-	6.141.667	-	6.141.667
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.443.695)	(6.443.695)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		28.000.007	(4.858.333)	(29.324.547)	(6.182.873)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laggo Armazéns Gerais S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(9.270.932)	(9.301.635)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciações e amortizações	8	747.234	1.080.509
Amortizações arrendamento mercantil	9	1.675.170	1.614.524
Provisão para riscos	13	(212.878)	61.097
Juros sobre Mutuo	12.b.1	957.804	1.861.316
Premio Debentures	12.c.1	318.775	-
Juros empréstimos	12.a	2.101.015	-
Juros sobre Arrendamento	9.b	483.082	-
Ajuste ativo imobilizado	8	-	16.127
Redução nas atividades operacionais			
Contas a receber	6	369.149	(408.405)
Adiantamentos	4	(53.143)	(236.298)
Impostos a recuperar	5	531.931	(116.403)
Estoques	-	4.830	(8.444)
Outros Créditos	-	-	-
Aumento nos passivos operacionais:			
Fornecedores	10	(160.996)	(26.805)
Outras obrigações	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	(87.272)	148.568
Contas a pagar	-	(67.575)	30.453
Obrigações tributárias	-	(57.180)	52.800
Caixa aplicado nas atividades operacionais		(2.720.985)	(5.293.501)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(2.720.985)	(5.293.501)
Adições de imobilizado	8	(549)	(439.660)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(549)	(439.660)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento empréstimos e financiamentos	12.a	(1.749.216)	(608.436)
Pagamentos arrendamentos	9	(2.720.487)	(1.885.302)
Pagamentos Debentures	12.c.1	(207.275)	-
Integralização de capital social	14	6.141.667	1.307.149
Captações de empréstimos acionistas	12.b.1	1.100.000	6.635.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		2.564.689	5.448.411
Decréscimo do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(156.845)	(284.749)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	188.628	473.377
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	31.783	188.628
Decréscimo do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(156.845)	(284.749)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

a) Objeto social

A Laggo Armazéns Gerais S.A. (“Companhia” ou “Laggo”) foi constituída em abril de 2020, originalmente com a denominação LogStar Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia tem como objetivo prestar serviços de armazenagem sob a forma de armazém geral além de serviços de correlatos de logística, focada no setor de *medtech*. Para tanto, a Companhia alugou um galpão localizado na Alameda Tocantins, nº 425, na cidade de Barueri, com 5.200m² de área construída. Adicionalmente, a Companhia procedeu uma reforma extensiva no galpão para adequá-lo às necessidades do segmento de *medtech*, investiu na aquisição de estruturas porta-pallets e atualmente o galpão possui uma capacidade para abrigar até 6.400 posições de *pallets*.

b) Plano da Administração de liquidez e fluxo de caixa da Companhia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta prejuízo no montante de R\$ 6.443.695 (R\$ 5.965.897 em 2024), bem como apresenta excesso de passivo circulante sobre o ativo circulante no montante de R\$ 8.763.008 (R\$ 4.168.902 em 2024), sendo representado principalmente pelos saldos de empréstimos, fornecedores e arrendamentos a pagar, e patrimônio líquido negativo de R\$ 6.182.872 (R\$ 5.880.845 em 2024).

No aspecto contábil, destacamos que os passivos relacionados a fornecedores e arrendamentos a pagar estão integralmente registrados nas demonstrações financeiras, entretanto, as atuais práticas contábeis exigem que as receitas de aluguéis, bem como os aluguéis a receber devam ser registrados mensalmente pelo regime de competência, isso ocasiona, um descasamento contábil entre ativo circulante e passivo circulante.

A Companhia pretende fazer frente aos seus passivos com novos aportes dos acionistas e com a receita esperada dos seus clientes, sendo que o contrato com o primeiro cliente, Politec Importação e Comercio LTDA, foi celebrado em setembro de 2023. Em 2024 a Laggo recebeu em sua carteira mais 2 clientes que são a Mindray do Brasil Comércio e Distribuição e Pressure Comercial LTDA onde conseguiu agregar mais receitas oriundas dos faturamentos realizados, sendo assim a Laggo fechou o ano de 2024 com 3 clientes, chegando a uma receita líquida de R\$ 400 mil mês. Para o primeiro semestre de 2025 esses clientes aumentaram o seu volume de itens armazenados na Laggo, e com isso o faturamento mês chegou a R\$ 500 mil.

No segundo semestre de 2025 a Laggo obteve a entrada de mais 3 clientes na sua carteira, Hp Blioproteses LTDA, GI Brands Importacao, Exportacao E Comercio Ltda e Eppendorf do Brasil Ltda, e com isso aumentando sua receita mensal na ordem de R\$ 600 mil mês. Os aportes dos acionistas devem continuar até o segundo trimestre de 2026, de acordo com o *business plan* revisado em 2025 que já considera a entrada de novos clientes a partir de maio de 2026 e a previsão de mais clientes no segundo semestre de 2026. Realizamos uma revisão do *business plan* 2026 com o intuito de alavancagem e antecipação do cenário de receitas e redução das despesas, no segundo trimestre de 2026 será o momento no qual a receita proveniente dos clientes deverá ser suficiente para garantir o pagamento de todos seus passivos e obrigações.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis, as interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras estão apresentadas ao custo histórico como base de valor, exceto por alguns instrumentos financeiros a valor justo, e foram elaboradas considerando o curso normal dos negócios e a continuidade operacional da Companhia.

Além disso a companhia foi concebida com base na Lei das S/A, 6.404/76 (Lei da sociedade por Ações), sendo assim tem seu contrato social criado e atendendo todos os requisitos e definições que definem essa Lei. A Lei das Sociedades por Ações, ou Lei das SA, estabelece as regras para criar e operar empresas anônimas no Brasil. Ela define os direitos e deveres de acionistas e administradores, garantindo transparência, proteção e equilíbrio.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A Companhia não possui transações em moeda estrangeira.

A emissão das demonstrações financeira foi autorizada pela Administração em 26 de maio de 2026.

2.2. Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise de recuperabilidade das propriedades para investimento e dos demais riscos para determinação de outras provisões.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Tributos e provisão para riscos

A Companhia está sujeita, no curso normal dos nossos negócios, a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cível, tributária, trabalhista, ambiental, societária e direito do consumidor, entre outras. Dependendo do objeto das investigações, processos judiciais ou procedimentos administrativos que sejam movidos contra a Companhia, seu desempenho pode ser adversamente afetado, independente do respectivo resultado.

A Companhia é periodicamente fiscalizada por diferentes autoridades, incluindo fiscais, trabalhistas, previdenciárias e ambientais. Não é possível garantir que essas autoridades não autuarão a Companhia, nem que essas infrações não se converterão em processos administrativos e, posteriormente, em processos judiciais, tampouco o resultado tanto dos eventuais processos administrativos ou judiciais.

Reconhecimento de receita

A Companhia tem a origem de suas receitas de acordo com os contratos fechados com os clientes, sendo:

Receitas Fixas não variáveis pelo canal de vendas BU6 – SUBLOCAÇÃO ÁREA. Esse tipo de receita é originário através de contratos de sublocação de áreas utilizadas pelos clientes.

Receitas Variáveis que possuem duas vertentes e são tratadas e apuradas em canais de venda específicos, sendo:

BU1 – Armazenagem: que é apurada mensalmente com base no volume de pallets, prateleiras e gaveteiros utilizados pelo cliente durante o mês, tendo sua base a origem de contratos firmados mencionando a quantidade a ser disponibilizado e utilizada pelo cliente.

BU2 – Serviços Logísticos: que é apurada mensalmente com base na volumetria utilizada pelo cliente e que gera origens de demandas na operação da Laggo, tais como: entradas por volume, etiquetagem, saídas por volume, NF emitida, serviços de adequação de produtos.

Contas a receber

A Companhia realiza os faturamentos aos clientes na primeira semana do mês subsequente, o processo é realizado com base em contrato firmado e com base na movimentação realizada no mês. Uma vez apurado as movimentações realizadas para os clientes, e enviado um e-mail para o cliente solicitando a análise e liberação dos valores a serem faturados, uma vez que o cliente faz a liberação as Notas Fiscais são emitidas aos clientes, gerando assim a emissão dos boletos bancários e gerando com isso a movimentação e contabilização no Contas a Receber da companhia. Com base nessa contabilização no Contas a Receber a área Financeira acompanha os vencimentos das faturas e cobrança junto ao cliente.

2.3. Apuração do resultado

As despesas são representadas basicamente por despesas administrativas, tributárias e financeiras, que estão registradas pelo regime de competência.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, as quais estão registradas pelo regime de competência.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

São classificados, nesta rubrica, os valores em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez imediata ou resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das respectivas transações e com risco insignificante de mudança de seu valor. As aplicações financeiras denominadas como equivalentes de caixa são classificadas na categoria “Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”.

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

2.5. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos. Caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação é reconhecida no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro. Eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Máquinas e equipamentos	05 anos
Móveis e utensílios	05 anos
Equipamentos de informática	05 anos
Veículos	05 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	08 anos

2.6. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída a provisão para realização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram identificados fatores que indiquem que uma provisão deva ser constituída.

2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.8. Passivos contingentes e provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais são as seguintes:

i) passivos contingentes são reconhecidos quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso; e

ii) provisão para demandas judiciais são contabilizadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis pelos assessores legais da Companhia e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis não são provisionados. Contudo, são divulgados. Já aqueles avaliados como de perdas remotas não são provisionados, tampouco é divulgado o período em que os empréstimos estão em aberto, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

2.9. Instrumentos financeiros

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros, no momento do seu reconhecimento inicial, de acordo com o modelo de negócio no qual o ativo é gerenciado, assim como suas respectivas características de fluxos de caixa contratuais, presentes no CPC 48. Os passivos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

Classificação de ativos financeiros

O CPC 48 contém a abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que contém três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

O CPC 48 exige que a Companhia registre as perdas de créditos esperadas em todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA e pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com base em 12 meses ou por toda vida, quando aplicável, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, a Companhia não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dados os *ratings* elevados de suas contrapartes.

Para os demais ativos financeiros, a Companhia considera os impactos nas perdas estimadas futuras de crédito sejam imateriais, em função de sua atividade comercial e ausência de histórico de perdas. Caso, em momento futuro, este histórico se altere, a Companhia vai estabelecer uma matriz de provisão que se baseie na experiência histórica de perda de crédito, a ser ajustada para fatores prospectivos específicos e para o ambiente econômico.

2.10. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado.

i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

2.11. Resultado por ação

O resultado por ação foi calculado de acordo com o artigo 187 – inciso VII da Lei nº 6.404/76, que exige que seja apresentado, nas demonstrações do resultado, o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social (resultado dividido pela quantidade de ações em circulação na data-base das demonstrações financeiras).

2.12. Arrendamentos

A Companhia classifica os contratos de aluguéis de imóveis como arrendamentos de acordo com a norma NBC TG 06 (R2).

Na data de início de um arrendamento, a Companhia, quando na figura do arrendatário, reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

O contrato de arrendamento vigente referente ao galpão logístico teve seu início em julho de 2021, e tem duração de 60 meses, com renovação firmada em abril de 2024, com prazo de duração de 80 meses.

Os passivos são mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos, descontados por meio da taxa incremental de 14,32% em 2025 e (15,73% em 2024).

A Companhia também reavalia o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos).

A Companhia, quando aplicável, considera as duas isenções de reconhecimento previstas na norma para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos).

Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros, como para não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Os passivos relacionados a empréstimos e mútuos são atualizados e mensurados ao valor justo com base nas condições previstas contratualmente, considerando a aplicação da taxa SELIC vigente, quando aplicável, refletindo adequadamente os encargos financeiros incorridos até a data das demonstrações financeiras.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação – ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação, e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

2.13. Novas normas, alterações e interpretações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

2.14. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025:

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

IAS 21: Ausência de conversibilidade (equivalente ao CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras)

Em agosto de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 21 para esclarecer como as entidades devem avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio aplicável quando a conversibilidade é temporariamente inexistente. As alterações também introduzem requisitos adicionais de divulgação, com o objetivo de permitir que os usuários das demonstrações financeiras avaliem os efeitos financeiros da ausência de conversibilidade da moeda. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.15. Novas normas, alterações e interpretações ainda não adotadas

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, determinadas normas, alterações e interpretações haviam sido emitidas pelo IASB e convergidas pelo CPC, mas ainda não estavam vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas e encontra-se avaliando os potenciais impactos de sua aplicação futura.

IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu a IFRS 18, que substituirá o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1)), estabelecendo novos requisitos para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, incluindo a introdução de subtotais padronizados na demonstração do resultado e maior detalhamento sobre medidas de desempenho gerencial. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessa norma em suas demonstrações contábeis.

IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública de prestação de contas: divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu a IFRS 19, que permite que determinadas subsidiárias que não possuam responsabilidade pública de prestação de contas adotem requisitos reduzidos de divulgação, mantendo o reconhecimento e a mensuração de acordo com as IFRS completas. A norma é aplicável a períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2027. A Companhia está avaliando a aplicabilidade e os possíveis efeitos dessa norma em suas demonstrações contábeis.

Alterações à IFRS 9 / CPC 48 e IFRS 7 / CPC 40 – Instrumentos financeiros

O IASB emitiu alterações às normas IFRS 9 e IFRS 7 com o objetivo de esclarecer aspectos relacionados à classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros, incluindo disposições específicas aplicáveis a determinados instrumentos estruturados. Essas alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. A Companhia está avaliando os impactos da adoção dessas alterações em suas demonstrações contábeis.

As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026.

2.16. Outros aspectos associados a divulgação:**• Reforma tributária sobre o consumo:**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, já aprovado no Congresso Nacional e aguardando sanção presidencial, parte da tratativa já foi incorporada e disposta na citada LC nº 214/2025. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Bancos	1.438	183.212
Aplicações	30.345	5.416
Total	31.783	188.628

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras. As aplicações referem-se substancialmente às aplicações remuneradas pelo Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), com remuneração média de 98% a 99% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), e com possibilidade de resgate imediato, sem multas, restrições ou alterações no percentual de rentabilidade por resgate antecipado.

4. Adiantamentos

Referem-se a pagamentos realizados para futura prestação de contas.

	2025	2024
Adiantamento a fornecedores	319.196	46.788
Adiantamento a funcionários	9.235	25.406
Despesas antecipadas	72.357	275.451
Total	400.788	347.645

5. Impostos a recuperar

Referem-se a créditos dos impostos.

	2025	2024
PIS a recuperar	25.573	124.849
Cofins a recuperar	117.793	572.543
IRRF sobre aplicação financeira	21.781	21.773
IRRF a recuperar	26.041	3.952
Total	191.188	723.118

6. Contas a receber

	2025	2024
Locação de espaços:	79.153	448.302
Total	79.153	448.302

a) Aging List

	2025	2024
A vencer	79.153	448.302

7. Ativo fiscal diferido

	2025	2024
Resultado		
IRPJ diferidos	10.809.665	8.730.461
CSLL diferidos	3.891.353	3.142.966
Total	14.700.665	11.873.428

A constituição do ativo diferido foi realizada com base nos prejuízos fiscais dos anos de 2025, 2024, 2023, 2022 e 2021, considerando-se uma alíquota de 25% de IRPJ e 9% de CSLL, totalizando 34% de alíquota efetiva.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em reais - R\$)

A administração da Companhia realizou um estudo de negócios (*business plan*) onde prevê a entrada de dois novos clientes por ano de operação, o que levaria a Companhia a apresentar um lucro tributável a partir do final de 2026. Adicionalmente, a administração, por já ter iniciado negociações com o locador do imóvel, entende que o contrato de aluguel será estendido por ao menos mais sete anos, o que forneceria condições de se obter até junho de 2032 lucro tributável suficiente para a utilização do crédito fiscal.

a) Memória de cálculo: Diferido

	2025	2024
Prejuízo fiscal e base negativa	39.361.283	30.090.351
Diferenças temporárias (i)	3.875.968	4.831.497
IRPJ – Diferido (15% + 10%)	10.809.313	8.730.462
CSLL – Diferido (9%)	3.891.353	3.142.966
Total	14.700.665	11.873.428

(i) Diferenças temporárias:

Diferenças temporárias	2025	2024
Arrendamento mercantil (amortização)	270.563	999.299
Contingências trabalhistas (reversão)	1.161.807	1.374.685
Bonificações e gratificações	76.125	76.125
Depreciação e amortização societária	2.367.473	2.381.388
Total	3.875.968	4.831.497

8. Imobilizado

Movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025			2024		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Instalações	1.113.353	(663.242)	450.111	1.113.353	(601.159)	512.194
Máquinas e equipamentos	464.773	(381.603)	83.170	464.223	(225.623)	238.600
Móveis e utensílios	265.526	(214.533)	50.993	265.526	(111.143)	154.383
Equipamentos de informática	476.144	(411.963)	64.181	476.144	(283.600)	192.543
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.831.557	(2.580.370)	2.251.187	4.831.557	(2.282.952)	2.548.606
Total	7.151.354	(4.251.711)	2.899.642	7.150.804	(3.504.477)	3.646.327

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em reais - R\$)

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis	Total
Custo						
Em 31 dezembro de 2023	1.113.353	347.989	176.119	476.144	4.613.666	6.727.271
Adições		116.235	89.407		234.019	439.660
Baixas	-	-	-	-	(16.127)	(16.127)
Em 31 dezembro de 2024	1.113.353	464.223	265.526	476.144	4.831.557	7.150.804
Adições	-	550	-	-	-	550
Em 31 dezembro de 2025	1.113.353	464.773	265.526	476.144	4.831.557	7.151.354
Depreciação						
Em 31 dezembro de 2023	(455.261)	(116.701)	(47.616)	(155.238)	(1.649.153)	(2.423.969)
Adições	(145.898)	(108.922)	(63.527)	(128.362)	(633.800)	(1.080.509)
Em 31 dezembro de 2024	(601.159)	(225.623)	(111.143)	(283.600)	(2.282.952)	(3.504.477)
Adições	(62.083)	(155.980)	(103.390)	(128.363)	(297.418)	(747.235)
Em 31 dezembro de 2025	(663.242)	(381.603)	(214.533)	(411.963)	(2.580.370)	(4.251.711)
Valor contábil líquido						
Em 31 dezembro de 2024	512.194	238.600	154.383	192.544	2.548.605	3.646.327
Em 31 dezembro de 2025	450.111	83.170	50.993	64.181	2.251.187	2.899.642

9. Direito de uso/arrendamentos

A Companhia adotou, em suas demonstrações financeiras, a NBC TG 06 (R2) e reconheceu nas contas do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento conforme a seguir:

Arrendatário	Taxa Desconto	Vida Útil	2025	2024
Imóveis	15,73%	10	10.004.363	10.946.493
Máquinas e Equipamentos	10,37%	7	236.807	461.179
Total			10.241.170	11.407.672

a) Movimentação do direito de uso

	2025
Em 1º de janeiro de 2024	4.713.172
(+) Adição arrendamento por adoção NBC TG 06 (i)	8.309.023
(+) Amortização	(1.614.524)
Em 31 de dezembro de 2024	11.407.671
Em 1º de janeiro de 2025	11.407.671
(+) Adição arrendamento por adoção NBC TG 06 (ii)	508.668
(+) Amortização	(1.675.170)
Em 31 de dezembro de 2025	10.241.170

(i) No exercício anterior, a Companhia realizou a renovação de contratos de arrendamento, resultando no aumento do saldo do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento reconhecidos conforme a NBC TG 06 (R2).

(ii) Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a atualização dos valores das parcelas dos contratos de arrendamento, conforme previsto contratualmente, ocasionando a atualização do saldo do direito de uso e do passivo de arrendamento no período.

b) Arrendamento a pagar

Aging list dos valores a pagar de arrendamentos	2025	2024
2026	1.946.384	1.865.876
2027	1.726.159	1.618.365
2028	1.449.882	1.403.925
2029	1.163.939	1.108.513
2030	1.005.685	957.795
2031	868.947	827.569
2032	750.801	715.049
2033	171.172	163.022
Total	9.082.969	10.811.706

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em reais - R\$)

Movimentação do arrendamento a pagar

Em 1º de janeiro de 2024	4.235.878
(+/-) Aumento por alterações nos contratos de aluguéis	8.309.023
(-) Contraprestação paga	(1.733.195)
(-) Juros pagos	(152.106)
(+) Juros apropriados do exercício	152.106
Em 31 de dezembro de 2024	10.811.706
Em 1º de janeiro de 2025	10.811.706
(-) Contraprestação paga	(2.720.487)
(+) Juros apropriados do exercício	483.082
Em 31 de dezembro de 2025	9.082.968
Passivo circulante	1.946.384
Passivo não circulante	7.136.585

c) Valores reconhecidos no resultado

	2025	2024
Despesas de depreciação de ativos de direitos de uso	1.675.170	1.614.524
Despesas com juros de passivos de arrendamento	483.082	152.106
Total	2.158.252	1.766.631

10. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores	779.291	940.287
Total	779.291	940.287

Os saldos de fornecedores estão representados pelas aquisições de materiais e serviços.

a) Aging list dos fornecedores

	2025	2024
Vencido	535.395	628.615
A vencer		
De 0 a 30 dias	243.896	311.672
Total	779.291	940.287

11. Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se as obrigações com funcionários.

	2025	2024
INSS a Recolher	53.964	68.412
INSS Retido s/ Serviços Tomados	6.163	-
FGTS a Recolher	15.431	21.688
IRRF sobre Salários	32.577	57.938
Contribuição Assistencial a Recolher	115	-
Salários a Pagar	72.441	70.622
Rescisões a Pagar	5.099	-
Pensão Alimentícias	-	590
Provisão de Férias	123.485	163.257
INSS s/ Provisão de Férias	33.712	44.569
FGTS s/ Provisão de Férias	9.879	13.061
Total	352.866	440.137

12. Empréstimos e financiamentos, mútuos e debêntures

A seguir, estão apresentadas as informações dos empréstimos e financiamentos, mútuos e obrigações com terceiros presentes das demonstrações financeiras.

a) Empréstimos e financiamentos

Descrição	Banco	Juros	Vencimentos	31/12/2025	31/12/2024
Capital de giro (i)	Banco XP	100% DI Cetip over	07/11/2027	2.621.804	2.155.416
Capital de giro	Banco XP	100% DI Cetip over	30/11/2026	5.000.000	5.015.951
Capital de giro	Banco XP	1,59% a.a. + 100% DI	26/11/2026	1.318.141	2.038.418
Capital de giro	Banco XP	100% DI Cetip over	21/05/2027	2.346.294	2.031.286
Capital de giro	Banco XP	100% DI Cetip over	29/06/2027	1.148.742	1.003.026
Capital de giro	Banco XP	100% DI Cetip over	05/07/2027	1.160.992	1.000.080
Total				13.595.975	13.244.176
Circulante				6.318.142	2.155.416
Não circulante				7.277.833	11.088.760

(i) Durante o período, a Companhia optou pela prorrogação do prazo de determinado contrato capital de giro, com o objetivo de adequar suas obrigações ao fluxo de caixa, mantendo o equilíbrio financeiro.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir apresenta a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	2025	2024
Saldo inicial	13.244.176	12.428.213
Juros incorridos	2.101.015	1.356.303
Pagamento de juros	(1.749.216)	(540.340)
Total	13.595.975	13.244.176

Cronograma de vencimento

A tabela a seguir apresenta a movimentação dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

Ano	2025	2024
2025	-	2.155.416
2026	6.318.142	5.015.951
2027	7.277.833	6.072.810
Total	13.595.975	13.244.176

Garantias

Os empréstimos possuem a garantia de aplicações financeiras dos acionistas. Os referidos empréstimos não possuem covenants.

Além disso, existem os devedores solidários (nomeados na cédula de empréstimo), responsáveis pelas obrigações assumidas pela Laggó na data da contratação do empréstimo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encontrava-se adimplente em relação a todas as suas obrigações inerentes a esta operação.

b) Mútuos a pagar

A Companhia contraiu empréstimos com o acionista Pietro Rigamonti, formalizados por meio de contratos de mútuo com pessoa física, que também são considerados partes relacionadas. Esses contratos foram celebrados nos exercícios de 2024 e 2025, sendo que, na data-base, o saldo em aberto corresponde a:

Partes	Vencimento	Juros	31/12/2025	31/12/2024
Pietro Rigamonti	Mar/27	CDI	8.987.616	6.929.812
Total			8.987.616	6.929.812

b.1) Movimentação Mútuos

Movimentação Mútuos	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	6.929.812	-
Captação de Mútuos	1.100.000	6.635.000
(-) Variação saldo inicial	(14.198)	-
Juros	972.002	294.812
Saldo Final	8.987.616	6.929.812

c) Debêntures a pagar

Em fevereiro de 2023 foram celebrados dois contratos de debêntures com Lister Coury Filho e Ronald Linsmayer no valor de R\$ 300 mil cada um. As debêntures possuem duração de 40 semestres e são amortizadas semestralmente quando também são pagos os juros e atualizações devidas.

Partes	Vencimento	Juros		31/12/2025	31/12/2024
		pré-fixados	Variável		
Lister Coury Filho	dez/33	12% a.a.	2% da receita líquida	348.750	293.000
Ronald Linsmayer	dez/33	12% a.a.	2% da receita líquida	348.750	293.000
Total				697.500	586.000

c.1) Movimentação das Debêntures:

Movimentação debêntures	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	586.000	586.000
Prêmio de reembolso	318.775	72.870
IRRF	(22.091)	(5.714)
Pagamentos efetuados	(140.184)	(67.156)
Amortização semestral - 2025	(45.000)	-
Saldo final	697.500	586.000

13. Provisão para riscos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não era parte integrante em ações judiciais, tributárias e trabalhistas, nem em outros processos administrativos. Dado que a Companhia utilizou de serviços de indivíduos contratados como Pessoas Jurídicas, PJs, há a possibilidade que esses indivíduos ingressem em ações trabalhistas solicitando o reconhecimento de vínculo empregatício, portanto sujeito à CLT, do período trabalhado como PJ. Caso os potenciais ações trabalhistas sejam julgadas procedentes, a Laggo deverá pagar aos indivíduos os respectivos direitos.

A administração, então, optou por constituir provisões para as eventuais perdas decorrentes de questões trabalhistas, referentes a INSS, IRRF, FGTS, férias e seu adicional, 13º salário e respectivas multas para o período de trabalho como PJ, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. Os respectivos saldos são corrigidos mensalmente pela variação da Selic.

	2025	2024
Trabalhista	1.161.807	1.374.685
Total	1.161.807	1.374.685

A movimentação das provisões para riscos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2023 foi a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.313.587
Provisão para riscos	61.097
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.374.685
Reversão de Provisão	(212.877)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.161.807

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito é de R\$ 28.000.007 (R\$ 23.000.007 em 2024), representado por 23.000.000 (23.000.000 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 743.750 (743.750 em 2024) ações preferenciais da classe A, nominativas, sem valor nominal. O capital integralizado é de R\$ 23.141.673 (R\$ 17.000.007 em 2024).

O aumento do capital social em 2025 foi autorizado em uma AGE realizadas em novembro onde cada ação teve seu valor definido em um real.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em reais - R\$)

Capital social subscrito

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.000.000
Subscrição de Capital conforme AGE de 09 de janeiro de 2023	2.000.000
Subscrição de Capital conforme AGE de 28 de março de 2023	3.500.000
Subscrição de Capital conforme AGE de 05 de setembro de 2023	5.500.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	17.000.000
Subscrição de Capital conforme AGE de 01 de fevereiro de 2024	7
Subscrição de Capital conforme AGE de 20 de dezembro de 2024	6.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024	23.000.007
Subscrição de Capital conforme AGE de 19 de novembro de 2025	5.000.000
Saldo em 31 de dezembro de 2025	28.000.007

Capital integralizado

Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.000.000
Integralização em janeiro de 2023	1.550.000
Integralização em fevereiro de 2023	400.000
Integralização em março de 2023	50.000
Integralização em abril de 2023	720.000
Integralização em maio de 2023	720.000
Integralização em junho de 2023	720.000
Integralização em julho de 2023	720.000
Integralização em agosto de 2023	620.000
Integralização em setembro de 2023	914.286
Integralização em outubro de 2023	914.286
Integralização em novembro de 2023	914.286
Integralização em dezembro de 2023	1.450.000
Saldo em 31 de dezembro de 2023	15.692.858
Integralização em janeiro 2024	857.813
Integralização em fevereiro 2024	449.337
Saldo em 31 de dezembro de 2024	17.000.007
Integralização em fevereiro 2025	1.431.877
Integralização em março 2025	413.122
Integralização em abril 2025	442.180
Integralização em maio 2025	314.060
Integralização em junho 2025	343.760
Integralização em julho 2025	540.000
Integralização em agosto 2025	350.000
Integralização em setembro 2025	550.000
Integralização em outubro 2025	893.800
Integralização em novembro 2025	256.200
Integralização em dezembro 2025	606.666
Saldo em 31 de dezembro de 2025	23.141.673

b) Reserva

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c) Dividendos

Aos acionistas, é assegurado o direito de receber dividendos obrigatórios de 0,1% (um décimo por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, observando o disposto em acordo dos acionistas.

d) Prejuízo por ação

O resultado por ação foi calculado com base no prejuízo do exercício atribuível aos acionistas no exercício findo em 31 de dezembro 2025 e na respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2024.

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(6.443.694)	(5.965.890)
Quantidade de ações em circulação	23.743.750	23.743.750
Prejuízo por ação - em R\$	(0,27)	(0,25)

e) Movimentação do patrimônio líquido:

Em 01 de fevereiro de 2024 foi deliberado e aprovado em razão do exercício dos direitos de subscrição e integralização pelos titulares dos bônus de subscrição da Companhia, manifestados por intermédio das Notificações de Exercício do Bônus arquivados na sede da Companhia, entregues pelos titulares dos bônus de subscrição à Companhia e a este Conselho de Administração, em 27 e 28 de janeiro de 2024, conferidos pelos bônus de subscrição emitidas pela Companhia, nos termos da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2022, registrada, em sessão de 11 de janeiro de 2023, na Junta Comercial do Estado de São Paulo, sob nº 3.923/23-0, aprovar o aumento do capital social da Companhia, no montante R\$ 7,44 com a consequente emissão de 743.750 ações preferenciais da Classe A, nominativas, sem valor nominal, com dividendo fixo não cumulativo de R\$ 0,01 por lote de 1.000 ações, com prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, no caso da liquidação da Companhia sem direito a voto, devidamente subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, de forma proporcional, pelos titulares dos bônus de subscrição.

Em 19 de setembro de 2025 foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Companhia, em montante igual a R\$ 5.000.000, passando o valor do capital social de R\$ 17.000.007 para R\$ 23.141.667 mediante a emissão de 5.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas, neste ato, pelos acionistas da Companhia, de forma proporcional às suas respectivas participações no capital social, a serem integralizadas, em moeda corrente e nacional, no prazo máximo de 1 ano.

15. Receitas e custos dos serviços prestados e despesas

15.1. Receita líquida

	2025	2024
Receita bruta	6.798.925	4.081.718
PIS	(110.776)	(58.805)
Cofins	(510.239)	(134.640)
ISS	(126.789)	(75.837)
Receita líquida	6.051.121	3.812.437

As receitas operacionais advindas do curso normal das atividades da Companhia são medidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é conhecida quando apresentar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 / IFRS 15 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: **(i)** identificação do contrato com o cliente; **(ii)** identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e **(v)** reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados sob o título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva.

16. Custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Despesas com pessoal (i)	(3.079.368)	(3.063.509)
Encargos sociais	(830.976)	(790.709)
Serviços técnicos de pessoa jurídica	(2.380.011)	(2.034.645)
Informática, licença e proc. de dados	(630.399)	(1.074.736)
Despesas de escritório	(1.809.533)	(959.999)
Propaganda e publicidade	(29.488)	(62.444)
Contingência trabalhista	212.877	(65.679)
Emolumentos e taxas	(18.040)	(61.543)
Perda no recebimento de clientes	(448.301)	-
Despesas gerais e administrativas	(9.013.239)	(8.113.264)
Depreciação de direito de uso	(1.675.170)	(1.614.524)
Depreciação	(522.415)	(1.080.509)
Material operacional	(153.854)	(115.399)
Custo dos serviços prestados	(2.351.439)	(2.810.432)
Total das despesas gerais e custos	(11.364.678)	(10.923.696)

(i) Remuneração da administração

	2025	2024
Pró-labore	160.000	198.000

17. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras referem-se aos rendimentos sobre aplicações financeiras auferidos no exercício, e as despesas financeiras referem-se, substancialmente, a juros sobre empréstimos e custos bancários.

	2025	2024
Despesas financeiras		
Despesas bancárias, IOF e encargos financeiros	(31.943)	(37.152)
Juros sobre empréstimos	(3.443.818)	(1.648.630)
Juros sobre arrendamento mercantil	(483.082)	(152.106)
Juros sobre debêntures	-	(68.096)
Outras despesas financeiras	-	(294.472)
Total	(3.958.843)	(2.200.456)
Receitas financeiras		
Outras financeiras	1.469	10.080
Total	1.469	10.080

18. Imposto de renda e contribuição social

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e Contribuição Social	(9.270.931)	(9.301.635)
Adições e exclusões permanentes	-	-
(=) Base de cálculo de prejuízo fiscal	(9.270.931)	(9.301.635)
Alíquota oficial do imposto - 34%	34%	34%
Efeito tributário do prejuízo fiscal (34%)	3.152.117	3.162.553
Efeito das diferenças temporárias na apuração do imposto diferido (34%)	(324.880)	173.185
imposto de renda e Contribuição Social Diferido	2.827.237	3.335.738

Movimentação do ativo diferido

	IRPJ diferidos	CSLL diferidos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.263.217	1.174.758	4.437.975
Resultado com IRPJ e CSLL diferidos no exercício	3.014.497	1.085.219	4.099.716
Saldo em 31 de dezembro de 2023	6.277.713	2.259.977	8.537.690
Resultado com IRPJ e CSLL diferidos no exercício	2.452.748	882.989	3.335.738
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.730.461	3.142.966	11.873.428
Resultado com IRPJ e CSLL diferido no exercício	2.078.851	748.386	2.827.237
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.809.312	3.891.352	14.700.665

19. Instrumentos financeiros

a) Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte das suas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia.

b) Risco de liquidez

É aquele que pode vir a ocorrer pelo desequilíbrio entre ativos e obrigações, com o descasamento de prazos entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade da Companhia em cumprir as suas obrigações financeiras.

A gestão desse risco é realizada pela Administração, considerando perspectivas de recebimentos e desembolsos futuros, com base em projeções de fluxos de caixa futuros, monitorados continuamente, buscando garantir liquidez suficiente à Companhia para suportar eventuais atrasos ou inadimplências em recebimentos, bem como o equilíbrio entre os fluxos de caixa de recebimentos e pagamentos.

c) Gestão de risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações por meio da otimização do patrimônio.

d) Risco de juros

Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas ou descasamento de moedas nas carteiras ativas e passivas. O indexador condicionado às aplicações financeiras é o CDI.

e) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia não possui outras operações com instrumentos financeiros não refletidas nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como não realizou outras operações com derivativos financeiros.

f) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variações de taxa de juros CDI. Com base em projeções de índices para 2025 divulgadas no mercado, a Companhia considerou essas informações para o cenário provável. Foram calculados cenários crescentes e decrescentes de 25% e 50% sobre os ativos e passivos líquidos, sendo que segue o demonstrativo da análise de sensibilidade:

	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%	
Indexador						
CDI	-7,50%	-11,25%	15,00%	18,75%	22,50%	
	Saldo líquido 31/12/2025	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Ativos e (passivos) líquidos						
CDI	(31.636.215)	2.372.716	3.559.074	(4.745.432)	(5.931.790)	(7.118.148)
Reflexo projetado em receita (despesa) financeira		2.372.716	3.559.074	(4.745.432)	(5.931.790)	(7.118.148)
Saldo nas demonstrações financeiras	31/12/2025	CDI	Sem indexador			
Caixa e bancos (Nota Explicativa nº 3)	1.438	-	1.438			
Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3)	30.345	30.345	-			
Contas a receber (Nota Explicativa nº 6)	79.152	-	79.152			
Total dos ativos com riscos financeiros	110.935	30.345	80.590			
Fornecedores (Nota Explicativa nº 10)	779.291	-	779.291			
Empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 12.a)	13.595.975	13.595.975	-			
Debêntures (Nota Explicativa nº 12.c)	697.500	-	697.500			
Mútuos (Nota Explicativa nº 12.b)	8.987.616	8.987.616				
Arrendamento a pagar (Nota Explicativa nº 09)	9.082.969	9.082.969				
Total dos passivos com riscos financeiros	33.143.351	31.666.560	1.476.791			
Total ativos e (passivos) líquidos	(33.032.416)	(31.636.215)	(1.396.201)			

g) Determinação do valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores de mercado informados em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros, alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve os seguintes aspectos:

- definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento; e
- hierarquização em três níveis para a mensuração do valor justo, de acordo com *inputs* observáveis para a valorização de um ativo ou passivo na data de sua mensuração.

A valorização em três níveis de hierarquia para a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem às premissas de mercado da Companhia.

Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir:

- **Nível 1** – preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos;
- **Nível 2** – preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e

- **Nível 3** – instrumentos cujos *inputs* significantes não são observáveis. A composição adiante demonstra ativos financeiros da Companhia à classificação geral desses instrumentos em conformidade com a hierarquia de valorização.

	Nível da hierarquia	2025	2024
Ativos			
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado – equivalentes de caixa	1	30.345	473.377

20. Transações que não afetaram o caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentou transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas demonstrações do fluxo de caixa, conforme a seguir:

	Valor contábil	
	31/12/2025	31/12/2024
Adição de direito de uso e arrendamento a pagar	508.668	8.309.023
Total	508.668	8.309.023

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Modalidade	Valor de cobertura
Riscos de engenharia – obras civis	18.350.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Eventos subsequentes

A Administração da Companhia avaliou os eventos subsequentes à data de encerramento das demonstrações financeiras e não identificou fatos relevantes que demandassem ajustes ou divulgações adicionais

* * *